

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

GUSTAVO CARRERA CHAGAS

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: O FANZINE COMO INSTRUMENTO
DE ESTUDO DOS PATRIMÔNIOS COLONIAIS DA BAIXADA
SANTISTA**

**Santos –SP
2019**

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Chagas, Gustavo Carrera.

Educação patrimonial: O fanzine como instrumento de estudo dos patrimônios coloniais da Baixada Santista / Gustavo Carrera Chagas. -- 2019.

22 f.

Orientador: Leandro Pereira Gonçalves

Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. , 2019.

1. Fanzine. 2. patrimônio cultural. 3. IPHAN. 4. educação patrimonial. 5. Baixada Santista. I. Gonçalves, Leandro Pereira , orient. II. Título.

GUSTAVO CARRERA CHAGAS

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: O FANZINE COMO INSTRUMENTO
DE ESTUDO DOS PATRIMÔNIOS COLONIAIS DA BAIXADA
SANTISTA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Juiz de Fora como
exigência parcial para a obtenção do grau de
Gustavo Carrera Chagas
Orientador (a): Prof. Dr. Leandro Pereira
Gonçalves

Visto de autorização do professor orientador

Santos – SP
2019

CHAGAS, Gustavo Carrera. *Educação Patrimonial: O fanzine como instrumento de estudos dos patrimônios coloniais da Baixada Santista*. Santos, 2019 ,18 p., Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Juiz de Fora

RESUMO

O presente projeto de intervenção tem por objetivo fomentar entre os alunos de Ensino Fundamental II e Médio das redes particular e pública de ensino da região da Baixada Santista uma discussão acerca da importância e relevância do patrimônio histórico e cultural local tombado pelo IPHAN. Tais patrimônios tombados constituem-se, via de regra, por exemplares remanescentes do período colonial que auxiliam na interpretação da evolução social, política e econômica do litoral paulista. Tal discussão engloba aspectos teóricos acerca da importância do patrimônio edificado e da importância da salvaguarda dos bens patrimoniais para fim de preservação e também mostrar aos discentes um resumo e curiosidades sobre os conjuntos arquitetônicos trabalhados. O objetivo é de que ao fim dos trabalhos, os alunos estejam aptos para a montagem de um fanzine sobre os patrimônios trabalhados em sala de aula

Palavras-chave: patrimônio cultural, IPHAN, educação patrimonial, fanzine, Baixada Santista

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	04
PROBLEMATIZAÇÃO.....	05
JUSTIFICATIVA.....	09
DESENVOLVIMENTO	12
REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
OBJETIVO GERAL.....	18
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	19
REFERÊNCIAS.....	20

APRESENTAÇÃO

O presente projeto de intervenção visa contribuir para o fomento de uma cultura de valorização e preservação patrimonial, bem como destacar a relevância da atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) na salvaguarda dos remanescentes arquitetônicos coloniais do litoral paulista.

Região por onde colonização europeia da América Portuguesa teve início, o litoral paulista conta com alguns dos mais antigos núcleos urbanos do Brasil, tais quais São Vicente, Santos e Itanhaém. Todavia, não obstante sua antiguidade, com exceção das cidades de Iguape e Cananéia, a região não conta com uma grande patrimônio edificado típico do período barroco tais quais as cidades de Paraty, Ouro Preto e Tiradentes. Contudo, a despeito de seu tamanho, o exíguo conjunto colonial existente, composto de fortificações, ruínas, igrejas e conventos e alguns poucos edifícios de uso militar ou comercial, retrata aspectos sociais, econômicos e geopolíticos dos primórdios da colonização portuguesa no litoral do estado de São Paulo.

Pretende-se fomentar uma reflexão sobre a importância desse patrimônio arquitetônico, esmiuçando e apresentando de forma individual aspectos construtivos de cada uma dessas edificações. Quase todos esses bens imateriais receberam a salvaguarda do IPHAN entre 1937 e o fim da década de 1950. Dessa forma pretendemos também levantar algumas questões sobre a atuação no concernente a políticas de preservação e delimitação dos bens aptos a salvaguarda, pelo seu caráter construtivo e relevância como postulado de um determinado período ou grupo social, exercida pelo órgão federal nas suas décadas iniciais. Como a atuação do IPHAN privilegiou ou não o tombamento de conjuntos coloniais e como o reflexo de tal política institucional reverberou no patrimônio edificado na Baixada Santista são pontos a serem abordados nesse projeto de Intervenção.

Tais abordagens são voltadas primordialmente para estudantes das redes estadual e particular de ensino Médio, desenvolvida dentro do componente curricular de História onde tencionamos, através de aulas expositivas e da produção de um fanzine sobre o patrimônio colonial tombado pelo IPHAN na

Baixada Santista, contribuir para o fomento de uma cultura de preservação patrimonial, bem como levar informações e mostrar a pertinência e a importância da salvaguarda desses conjuntos para a região da Baixada Santista.

PROBLEMATIZAÇÃO

Nas últimas três décadas, desde a entrada em vigência da Constituição de 1988, o termo educação patrimonial entrou no cerne das discussões sobre a preservação patrimonial no Brasil. Diversas ações nesse sentido tem sido levadas a cabo, seja por entes governamentais tais quais o IPHAN, órgãos estaduais de salvaguarda patrimonial, governos estaduais e prefeituras ou pela sociedade civil em geral.

A relação entre patrimônio, história e memória vem se aprimorando desde a segunda metade do século XX. Na década de 1980, o historiador francês Pierre Nora cunhou o termo “lugares de memória”. Tais lugares seriam constituídos de ruínas, objetos, arquivos, documentos ou festas que exprimissem uma representação ou um simbolismo em relação ao passado de um determinado povo ou grupo social. A sua constatação como lugar de memória faz parte de um processo deliberado, e não uma constatação natural, de que tais exemplares são úteis como forma de aprendizagem e estudo sobre processos sociais, hábitos e costumes e o funcionamento das sociedades de antanho.

Longe de ser um produto espontâneo e natural, os *lugares de memória* são uma construção histórica e o interesse em seu estudo vem, exatamente, de seu valor como documentos e monumentos reveladores dos processos sociais, dos conflitos, das paixões e dos interesses que, conscientemente ou não, os revestem de uma função icônica. (NORA, 1993, p.21-22)

O simples ato de tombamento de uma determinada edificação já não é mais o único significado do conceito de preservação patrimonial. Desde os anos 1980 a salvaguarda de conjuntos de valor histórico ou artístico deve ser intimamente ligada a população local que habita a área envoltória de um bem tombado (ou a própria cidade no caso dos conjuntos urbanos). Propostas nesse sentido tem sido construídas visando a construção de um vínculo entre a sociedade civil e o monumento tombado.

Qualquer que seja a ação implementada ou o projeto proposto, sua execução supõe o empenho em identificar e fortalecer os vínculos das comunidades com o seu Patrimônio Cultural, incentivando a participação social em todas as etapas da preservação dos bens. Nesse processo, cabe aos poderes públicos exercer o papel de mediador da sociedade civil, contribuindo para a criação de canais de interlocução que se valem, em especial, de mecanismos de escuta e observação (EDUCAÇÃO PATRIMONIAL : HISTÓRICO CONCEITO E PROCESSOS, 2014)

O IPHAN tem se destacado nessa seara fomentando a educação patrimonial seja através da fundação das Casas de Patrimônio , espalhadas Brasil afora, sendo através da implementação de políticas públicas de valorização da mão de obra local para qualificar a comunidade em atividades econômicas ligadas a exploração turística ou comercial desses conjuntos ou atuando junto as escolas fomentando uma cultura de educação patrimonial visando a valorização e inculcando uma sensação de pertencimento junto ao patrimônio tombado. A importância do patrimônio como forma de representação de hábitos culturais ou socioeconômicos de um determinado povo é uma das componentes principais na hora da escolha sobre a relevância ou não do tombamento de um determinado bem.

O termo patrimônio supõe, portanto, uma relação com o tempo e com o seu transcurso. Em outras palavras, refletir sobre o patrimônio significa, igualmente, pensar nas formas sociais de culturalização do tempo, próprias a toda e qualquer sociedade humana. É através desse trabalho de produzir sentido para a passagem do tempo que as sociedades humanas constroem suas noções de passado, presente e futuro, como formas históricas e sociais de dar sentido para o transcurso do tempo. (GUIMARÃES, 2012, p.101)

Salgado Guimarães prossegue tecendo algumas considerações acerca da dicotomia memória e patrimônio, na qual o patrimônio só pode ser qualificado de tal forma por representar um remanescente de um período ou de determinados hábitos e costumes. A escolha pelo que é ou não patrimônio também é um ato valorativo e a simples antiguidade de uma construção, por exemplo, não pode ser mensurada como significado para o tombamento.

É igualmente a partir de traços do passado que o patrimônio pode empreender sua tentativa de reconstrução de uma cadeia temporal e hereditária, vinculando as gerações presentes àquelas que as

precederam, estabelecendo, por esse meio, importantes laços sociais necessários à vida das coletividades humanas. (GUIMARÃES, 2012, p.102)

Nesse contexto, se um patrimônio é a tentativa de reconstituir hábitos sociais, políticos ou culturais de antanho, possuindo um caráter representativo e identitário, faz-se mister fomentar a discussão e a significação do patrimônio, de forma a inculcar nas populações a relevância dos mesmos como repositório cultural da sociedade. Os programas de educação patrimonial são importantes na medida em que, desde a mais tenra idade, e de formas lúdicas, a importância da preservação dos bens materiais e imateriais salvaguardados é exposta para os jovens.

Nesse contexto é de fundamental importância o conhecimento e a valorização histórica e cultural através da inclusão de forma efetiva em matérias escolares, a temática patrimônio cultural, onde deverá criar desde cedo nos estudantes o conhecimento histórico e cultural de seu meio, para que criem a consciência de valorização e proteção desde a vida colegial, para que estes tenham o conhecimento de porque estes patrimônios devem ser protegidos, valorizados, preservados, e muitas vezes passado às gerações futuras, dando a merecida importância, e ajudando a na preservação e proteção destes fatores que fazem o passado estar presente no dia a dia. (VILANNI e OLIVEIRA, 2014, p.4)

A educação patrimonial é de suma importância pois valoriza e traz um sentimento de pertencimento dos discentes em relação ao patrimônio cultural material e imaterial local. O trabalho dessas questões através de formas lúdicas e atrativas, não obstante mostrar e fomentar uma reflexão acerca da importância do patrimônio como repositório da cultura e sociedade local, ajuda na maneira em que o uso de uma abordagem mais palatável aos adolescentes e na possibilidade de estimular o desenvolvimento de outras habilidades, focadas num contexto interdisciplinar.

Na região da Baixada Santista, ainda há uma lacuna a ser preenchida no concernente a Educação Patrimonial. Não obstante o tema ter vindo à baila e instituições museológicas regionais começarem a se mobilizar para a implementação da Educação Patrimonial e da integração entre os museus e a comunidade local, o trabalho ainda é incipiente. Um dos raros exemplos bem sucedidos e consolidados na questão da abordagem da educação patrimonial no litoral paulista vêm das ruínas do Engenho São Jorge dos Erasmos. No local, as atividades desenvolvidas entre monitorias, seminários e cursos voltados a

educação patrimonial, atividades de extensão e relacionamento com a comunidade local envoltória do patrimônio logrou a obtenção de bons resultados nessa seara.

O Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos finalmente encontra seu lugar de direito na construção do mapa afetivo da comunidade. As lendas assombrosas que povoavam o imaginário da comunidade deram lugar a histórias de participação, comunhão e descobertas, antes jamais imaginadas. A falta de informação criou uma aura de lugar proibido para as Ruínas, hoje dissipada com a interação comunitária, foco primordial dos projetos educacionais desenvolvidos no local. As escolas e famílias encontram nesse espaço uma equação que resulta da aproximação entre: educação, entretenimento pedagógico e senso de comunidade, elementos fundamentais na construção da identidade contemporânea e da busca de registros e significados dessas Ruínas. (CHRISTOFOLLETI e MELLO, 2010, p.125)

JUSTIFICATIVA

Pretendemos estimular a educação patrimonial e o conhecimento dos educandos sobre o valor, importância e relevância dos conjuntos arquitetônicos tombados como patrimônio pelo IPHAN na região da Baixada Santista.

Não obstante a Baixada Santista ser um dos primeiros pontos de colonização portuguesa no Brasil, abrigando algumas das primeiras vilas e povoações do Brasil, tais quais Santos, Itanhaém e São Vicente e da relevância do Porto de Santos como principal polo exportador brasileiro a partir do final do século XIX, na esteira da economia cafeeira paulista, que transformou a cidade de Santos e lhe forneceu o capital financeiro para a expansão urbana além dos limites do Centro Histórico, bem como a constituição de um rico patrimônio edificado de estilo eclético, art deco e neoclássico, há apenas 14 conjuntos arquitetônicos em toda a região que possuem a salvaguarda protecional do IPHAN. Desse total, 9 estão na cidade de Santos e o restante disperso nas cidades de São Vicente, Itanhaém, Guarujá e Bertioga. A exceção da Bolsa Oficial do Café, palacete de 1922 construído em estilo eclético e da Casa de Frontaria Azulejada, de 1867 construída em estilo neoclássico, todos os outros conjuntos tombados pelo IPHAN são remanescentes do período colonial e receberam a chancela do Instituto entre os anos de 1939 e o final da década de 1950

A despeito de abrigar um grande conjunto de edificações em estilos neoclássico, eclético e artdeco, construídas entre a segunda metade do século XIX e a década de 1930, a região Central de Santos possui poucos imóveis tombados pelo IPHAN.

Diante de tal panorama, torna-se mister compreender quais as noções de patrimônio que nortearam a atuação do IPHAN no que tange a salvaguarda patrimonial no litoral paulista. Nesse sentido torna-se imperioso trazer à baila alguns pontos sobre a ação do SPHAN/ IPHAN no período compreendido entre as décadas de 1930 e 1950. De acordo com Márcia Chuva, o IPHAN nos seus anos iniciais fez uma escolha deliberada sobre o conceito de patrimônio onde a

arquitetura de origem portuguesa era considerada o legítimo expoente e o mais antigo exemplo de arquitetura genuinamente brasileira.

A arquitetura colonial foi privilegiada não somente pela sua ancianidade (valor comumente partilhado no âmbito da preservação cultural no mundo ocidental), mas porque foram-lhe atribuídas características que, segundo as concepções modernistas, distinguiam-na como primeiro momento de uma produção autenticamente nacional. Foi diferenciada, dessa forma, do que veio depois, considerado como importado (produção relativa ao século XIX e começo do século XX) (CHUVA, 2003, p.239)

Falando mais especificamente sobre a atuação do órgão federal de preservação do patrimônio histórico no Estado de São Paulo, há uma lacuna em relação a outras regiões do país em virtude da pobreza do barroco paulista em contraste com seus contrapartes baiano e mineiro, visto a então Capitania de São Paulo ser uma região periférica dentro do contexto mercantilista que regia as relações entre a metrópole portuguesa e seus vastos domínios coloniais americanos como afirma Fausto ao descrever a capitania paulista em seus tempos mais remotos como sendo uma região com “*uma fraqueza de uma agricultura exportadora, forte presença de índios, disputa entre colonizadores e missionários pelo controle desses, escassez de moeda e uso frequente de trocas*” (FAUSTO, 2001, p.50). Diante da falta de monumentalidade do patrimônio e da destruição do tecido urbano colonial na capital paulista e em cidades como Santos, São Vicente, Taubaté, Campinas e Sorocaba a partir do final do século XIX há poucos exemplares de arquitetura barroca de origem portuguesa em São Paulo. Nesse contexto, Gonçalves expõem os dilemas e a atuação do IPHAN no concernente a preservação patrimonial em São Paulo

A relação do SPHAN com São Paulo é particularmente interessante pois envolve um estado visto como pobre em patrimônio cultural mas rico em iniciativas e agentes para salvaguardá-lo. A relação com Mário de Andrade, o elaborador do anteprojeto de 1936, foi decisiva, ao menos até 1945, ano da morte do poeta. Em 22 de julho de 1936, Mário de Andrade escrevia a Rodrigo Melo Franco de Andrade e afirmava: “o patrimônio paulista é muito pequeno, mas ajudarei você no que tiver nas minhas mãos.” (ANDRADE, 1981: 59). Posição reafirmada em carta de 23 de maio de 1937: “[...] não é possível entre nós descobrir maravilhas espantosas, do valor das mineiras, baianas, pernambucanas e paraibanas em principal.” (GONÇALVES, 2007, p.07)

Pretendemos lançar a luz essas questões e a escolha de salvaguarda patrimonial feita pelo IPHAN nos seus anos iniciais, a qual considerava o patrimônio de origem colonial portuguesa como legítimo representante da arquitetura brasileira e digno de merecimento no que se refere a preservação, ao mesmo tempo em que outros estilos eram renegados, considerados estrangeirismos exógenos a cultura e a tradição brasileira.

A relevância está também na conscientização e no reconhecimento dos patrimônios de origem colonial presentes na Baixada Santista. Concomitantemente as discussões mais teóricas, os alunos vão ter a oportunidade de entrar em contato com vários prédios e conjuntos arquitetônicos de diversos estilos sabendo reconhecer as distintas correntes que influenciaram a arquitetura local.

Por fim, haverá a elaboração de um fanzine por parte dos alunos, sobre os patrimônios tombados pelo IPHAN na Baixada Santista. Através de uma atividade lúdica, onde haverá uma interdisciplinaridade com a educação artística os próprios discentes se encarregaram de produzir uma revista com o patrimônio edificado de origem colonial presente na Baixada Santista

DESENVOLVIMENTO

Durante a elaboração dessa atividade, pretendemos trabalhar a valorização do patrimônio histórico cultural de origem colonial na Baixada Santista, de forma que os alunos compreendam a importância daqueles pontos na evolução e desenvolvimento da região da Baixada Santista no período colonial e o papel que exercem na construção e valorização de uma memória/identidade santista. Para esse fim nos utilizaremos de um instrumento lúdico como o fanzine.

As atividades se constituirão de aulas teóricas e aulas práticas voltadas a produção do fanzine por parte dos discentes.

Inicialmente os alunos serão apresentados ao conceito de patrimônio cultural e histórico. Noções básicas sobre preservação patrimonial, noção de pertencimento que os patrimônios podem gerar sobre grupos sociais, preservação das identidades e heranças por meio da salvaguarda de bens materiais ou imateriais. Essas questões iniciais serão explanadas de forma a apresentar aos discentes a importância da preservação da memória e a salvaguarda de bens materiais ou imateriais que remetam a evolução dos grupos sociais ou representem parte de suas práticas comunitárias, dando um caráter identitário para os povos.

Em seguida as discussões serão voltadas para os exemplos de patrimônio presentes na Baixada Santista, com ênfase no conjunto arquitetônico de origem colonial tombado pelo IPHAN na região. Os discentes terão um breve contato com cada um desse patrimônio edificado, com a apresentação da localização, ano de construção, estilo arquitetônico e ano de tombamento pelo órgão federal além de uma breve descrição do histórico da edificação ou conjunto e a apresentação de farto material iconográfico de cada um desses patrimônios.

Na terceira etapa haverá uma explanação sobre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, desde o seu surgimento em 1937, no contexto político e social da Era Vargas, a sua atuação nas décadas iniciais e seu papel na salvaguarda do patrimônio cultural material e imaterial brasileiro. De acordo com GONÇALVES, em suas primeiras décadas a atuação do órgão primou pelo

caráter nacional da importância do patrimônio tombado (condizente com as linhas centralistas que emanavam do Rio de Janeiro durante o regime do Estado Novo) em detrimento da especificidade regional.”

haveria interesse público na conservação de bens vinculados “a fatos memoráveis da história do Brasil” ou com “excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.” O caráter de excepcionalidade e a dimensão nacional deveriam, portanto, ser vislumbrados nos bens selecionados e protegidos pelo órgão(GONÇAVES,2012,p.145)

Tal repositório de informações tem a relevância de instruir os educandos sobre o principal órgão de salvaguarda e proteção do patrimônio cultural brasileiro, abordar de forma breve os marcos legais vigentes no Brasil no concernente a preservação patrimonial e inculcar a necessidade de fomentar uma cultura de pertencimento e preservação desses expressivos conjuntos coloniais do litoral paulista.

O presente projeto de intervenção foi construído visando à participação de alunos adolescentes das redes estadual e particular de ensino médio aplicado dentro da componente curricular de História. Tal justificativa em relação a faixa etária dos discentes se deve em virtude da maior maturidade e bagagem acadêmica que os educandos de ensino médio possuem para lidar com a discussão de temas como a atuação dos órgãos de salvaguarda do patrimônio histórico , artístico e cultural e a atuação específica do IPHAN, bem como terem maiores noções sobre os diferentes estilos arquitetônicos existentes, sendo capaz de reconhecer alguns exemplares icônicos de alguns expoentes das escolas arquitetônicas existentes no Brasil. Não obstante a pertinência da educação patrimonial perpassar diferentes faixas etárias e níveis de escolaridade, pelos motivos expostos acima, julgamos pertinente a escolha pela produção de um fanzine como produto final desse caminho trilhado .O fanzine é uma revista não profissional e não oficial produzida por um grupo de entusiasta de algum determinado assunto. PINTO qualifica o fanzine como sendo ... *“uma contração das palavras inglesas fanatic magazine esignifica revista do fã. Este nome foi criado em 1941 nos Estados Unidos por RussChauvenet.”* (PINTO,2012.p.01) Desta forma, é toda publicação feita de forma amadora, sem intenção de lucro

Os fanzines se apresentam como forma de experimentação de arte e conteúdo, de cidadania, ativismo político e ideológico que muitas vezes não é oportunizado aos alunos pelos conteúdos prontos e sistematizados nos currículos escolares do ensino médio . (BORBA,2015,p.02)

Desse modo, o fanzine será o instrumento didático escolhido para a produção do trabalho final. Os alunos serão divididos em grupos de 4 ou 5 alunos onde cada um desses grupos escolherá um dos patrimônios coloniais tombados pelo IPHAN que foram abordados em sala de aula. A partir da escolha o grupo irá desenvolver um pequeno texto sobre cada um dos patrimônios e sua representação através de desenhos, colagens ou impressões em uma folha tamanho A3. Posteriormente os trabalhos serão juntados e será desenvolvida uma capa, contracapa, introdução e sumário, constituindo assim o trabalho final.

REFERENCIAL TEÓRICO

Durante a elaboração dessa atividade, pretendemos trabalhar a valorização do patrimônio histórico cultural de origem colonial na Baixada Santista , de forma que os alunos compreendam a importância daqueles pontos na evolução e desenvolvimento da região da Baixada Santista no período colonial E o papel que exercem na construção e valorização de uma memória/ identidade santista. Também se pretende fomentar a discussão e a reflexão sobre o papel dos órgãos de salvaguarda do patrimônio artístico, histórico e cultural, tomando-se como exemplo o IPHAN, e as ações que nortearam a sua atuação até a década de 1950 (que constitui a janela temporal na qual os conjuntos arquitetônicos trabalhados nessa atividade receberam a chancela de preservação da instituição federal)

Tal reflexão enseja uma discussão mais abalizada sobre a própria noção de patrimônio no imaginário dos discentes. A obra “Novas fronteiras e novos pactos para o patrimônio cultural” de Cecília Rodrigues dos Santos discorre a palavra patrimônio como sendo

“historicamente associada ou à noção do sagrado, ou à noção de herança, de memória do indivíduo, de bens de família. A idéia de um patrimônio comum a um grupo social, definidor de sua identidade e enquanto tal merecedor de proteção, nasce no final do século XVIII, com a visão moderna de história e de cidade”. (SANTOS, 2001)

Nesse sentido o patrimônio adquire a noção de um elemento aglutinador, definidor comum de um grupo social ou uma identidade coletiva. Essas características garantem a sua importância perante uma comunidade.

A constituição do patrimônio é social, não sendo imposta pelo estado ou algum órgão, mas sim uma realização coletiva e atemporal.

A criação simbólica do patrimônio cultural envolve formas e sentidos atribuídos (consciente ou inconscientemente) e posicionamentos de grupo, num jogo onde agentes sociais participam da negociação utilizando-se de diferentes recursos (não apenas os recursos oficiais), ou estratégias, na construção do patrimônio cultural. (PRADO, 2011, p.132)

Dessa forma a concepção de patrimônio é fundamental para estimular uma formação de coletividade e ligação com o lugar onde vive. O reconhecimento da importância e da história de um lugar como testemunho de um passado coletivo ou como elemento aglutinador de uma comunidade é de suma importância para o reforço do sentimento de pertencimento de um indivíduo na comunidade onde ele vive.

Outrossim, para efetuar o reconhecimento e estimular o conhecimento dos alunos sobre os conjuntos arquitetônicos trabalhados de forma a corroborar essa sensação de conhecimento e de pertencimento a cidade onde vivem, escolheremos para a concretização desse pressuposto uma atividade lúdica que vise a despertar o interesse dos alunos pela pesquisa e desenvolvimento de eventuais dotes artísticos

A elaboração de uma atividade lúdica, em grupo que desperte a pesquisa e os estímulos visuais gera um resultado muito positivo na aprendizagem, em contraponto as simples aulas expositivas.

O uso do fanzine em sala de aula atribui aspecto lúdico a didática do professor, pois permite a formação de uma nova perspectiva de trabalho docente e conseqüentemente uma nova postura dos alunos com relação às aulas...A utilização do fanzine como ferramenta no processo ensino-aprendizagem representa uma motivação e um entusiasmo em contraposto ao desinteresse para com as aulas dessa disciplina (SANTOS,s.d.)

Aliando uma forma que desperte várias habilidades dos alunos, que permita que eles ao se reunirem em grupo troquem experiências e debatam e que gere um produto final (revista de fanzine) pretendemos estimular a aprendizagem através de uma experiência positiva em contraponto a simples aulas maçantes.

No tocante a parte teórica expositiva, a constituição do SPHAN/ IPHAN e o padrão adotado pelo Instituto nos seus anos iniciais, a bibliografia utilizada, não obstante ter como ponto de partida o conteúdo apresentado na especialização corrente, perpassa as noções apresentadas de forma a aprofundar os debates do tema.

No artigo “Fundando a nação: representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado” de Márcia Chuva , onde são explanadas algumas questões acerca da concepção de patrimônio histórico e cultural entre expoentes do modernismo brasileiro e dessa dualidade entre a produção modernista na primeira metade do século XX e da formulação de patrimônio cultural como os expoentes da arquitetura barroca de origem portuguesa, podemos ter uma noção de como um grupo de modernistas capitaneado por Rodrigo de Mello Franco, Mário de Andrade e Lúcio Costa, lançou as bases da atuação institucional do IPHAN no seu período inicial. CHUVA , p. 329 faz uma correlação direta entre as hostes modernistas por trás do SPHAN e o passado barroco da arquitetura brasileira

A “barroquização” do patrimônio histórico e artístico nacional implementada pelos modernistas foi, sem dúvida, uma impressionante estratégia de consagração de ambas as partes, que se tornaram constituintes do patrimônio histórico e artístico nacional. O conceito de barroco, bastante difuso, sempre foi perseguido como origem mítica de nossa nacionalidade. O segundo momento de produção da “boa arquitetura” no Brasil deuse, para esses arquitetos do SPHAN, com a produção modernista, considerada autenticamente nacional e fundadora de uma nova temporalidade. Dessa forma, são os princípios norteadores da arquitetura moderna que identificavam uma genealogia da “boa arquitetura”: ela seria, então, a herdeira da “boa tradição” (CHUVA,2003, p.329)

Em “ SPHAN e seus colaboradores: construindo uma ética do tombamento” de Janice Gonçalves há uma análise sobre a atuação prática do SPHAN nos seus anos iniciais e como se dava o processo de análise sobre quais

bens mereceriam a chancela de patrimônio cultural nacional. Há também um relato sobre a questão regional versus a nacional, de forma que um determinado bem poderia constituir-se patrimônio local, revestido de importância para a comunidade porém não em uma dimensão nacional. P.1 dá mostras da dificuldade de abarcar as duas noções subjacentes à proteção patrimonial

As colaborações tendiam a colocar em xeque, ou ao menos a tensionar, as orientações gerais do SPHAN, pondo em causa a questão do “regional” em contraponto ao “nacional”. Isso é visível em vários pareceres e documentos de trabalho do SPHAN, nos quais os funcionários da sede, no Rio de Janeiro, emitiam pareceres contrários ao tombamento de determinados bens, devido principalmente ao seu caráter “regional” (sem dimensão nacional maior, portanto) ou à ausência de excepcionalidade artística, frente a outros monumentos já preservados. (GONÇALVES, 2012, p.01)

No livro “Restauração Arquitetônica: A experiência do SPHAN em São Paulo (1937-1975)” há um grande relato sobre a atuação do SPHAN/IPHAN na salvaguarda e na implementação de uma política de preservação patrimonial no estado paulista. Há também considerações sobre a discussão e as diferentes visões acerca do patrimônio que permearam a implantação do SPHAN.

Por último, o artigo “Por uma noção de Patrimônio Cultural no Brasil” de Márcia Chuva onde há a apresentação dos aspectos políticos e teóricos e das visões e contradições envolvidas na formulação de uma política pioneira de preservação patrimonial no Brasil na década de 1930. cultural existente no Brasil

Há de se notar também a escassez com a qual nos deparamos ao pesquisar sobre fontes didáticas que tratassem do tema educação patrimonial. Os livros e apostilas escolares dedicam escassos parágrafos a abordagem dessa temática (isso quando o fazem). Nos últimos anos o IPHAN lançou algumas cartilhas abordando a temática da educação patrimonial, entretanto longe de atingir uma amplitude considerável do ensino fundamental e médio brasileiro.

Dentro do exíguo aporte teórico-científico sobre tal assunto, a seleção dos recursos didáticos voltado a fomentar o debate acerca da importância da discussão das práticas de preservação patrimonial, recaiu sobre a cartilha “Educação Patrimonial – Programa Mais Educação” elaborada pelo Ministério da Cultura e pelo IPHAN que aborda o conceito de patrimônios histórico e cultural voltada para alunos do Ensino Fundamental II. O livro “Gabriel em Brasília: a

cidade com asas” de Elisa Leonel e o vídeo institucional comemorativo dos 82 anos do IPHAN também são exemplos de materiais que podem ser utilizados em sala de aula como reforço do conceito de educação patrimonial. As pesquisas realizadas para a elaboração do conteúdo referente a trajetória e características das edificações a serem estudadas consistem em pesquisa em livros, dissertações e artigos que tratam da história colonial do litoral paulista. Nesse sentido destacamos as obras “História de Santos 1532-1936” do historiador Francisco Martins dos Santos, “O discurso do progresso : a evolução urbana de Santos 1870-1930” da Prof. Dra Wilma Therezinha Fernandes de Andrade e “História da Capitania de São Vicente ” de Pedro Taques Fotos e gravuras retratando as principais edificações objetos do presente trabalho , além de sites especializados em história da Baixada Santista (como o blog Memória Santista e o site Novo Milênio) onde há uma ampla variedade de informações sobre os atrativos que serão objeto de estudo também fazem parte do acervo a ser consultado de forma a embasar as aulas teóricas anteriores a preparação do fanzine.

OBJETIVO GERAL

O presente projeto de intervenção visa sobretudo fomentar nos adolescentes a importância da preservação do patrimônio histórico e artístico presente nas cidades da Baixada Santista. Ao elencar e trabalhar alguns dos mais representativos exemplos de patrimônio colonial presentes na região do Litoral Paulista, pretende-se a conscientização dos discentes para a necessidade de salvaguardar os exemplares arquitetônicos existentes de forma que esses conjuntos os quais formam um repositório da cultura e das tradições arquitetônicas de antanho e nos permitem conhecer os métodos construtivos mais rudimentares bem como são exemplos de laços e vínculos que nos fazem parte de um mesmo universo social caíçara, paulista e brasileiro, continuem preservados e construindo-se como um marco da formação social do litoral paulista

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Refletir com os alunos sobre as transformações históricas no ambiente urbano em que eles vivem;

Despertar a curiosidade sobre o passado da região da Baixada Santista e as mudanças na paisagem arquitetônica local através da apresentação de remanescentes coloniais que ainda fazem parte da paisagem regional

.

Fomentar uma discussão sobre a questão patrimonial, a importância de símbolos, edificações, festas populares e outras práticas culturais como elemento de coesão das sociedades e na construção e perpetuação de uma identidade coletiva

Refletir sobre a necessidade de políticas públicas de salvaguarda do patrimônio histórico, artístico e cultural, bem como apresentar um histórico e as linhas gerais de atuação da principal e mais antigo órgão de preservação patrimonial brasileira (IPHAN)

Através de uma atividade lúdica como o fanzine, propiciar que os alunos tenham um instrumento de avaliação diferente da prova tradicional, com a confecção de um material próprio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRADE, Wilma Therezinha Fernandes de; GLEZER, Raquel. **O discurso do progresso: a evolução urbana de Santos, 1870-1930**. 1990. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990

BORBA, Juliana Severino de. **A confecção de fanzines como recurso didático no ensino de Sociologia para o Ensino Médio**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015

CHUVA, Márcia . **Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil**. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional , v. 34, p. 1-15, 2012.

_____. _____. **Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado**. Topoi (Rio de Janeiro) , v. 4, p. 313-333, 2003.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo ; MELLO, André Muller de. **Os projetos educativos das Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos : discussões preliminares sobre o patrimônio**. Revista CPC(USP), v. 1, p.116-139, São Paulo, 2010.

FAUSTO, Bóris. **História Concisa do Brasil**. EDUSP: São Paulo, 2000

FLORÊNCIO, Sônia Rampim, CLEROT, Pedro, BEZERRA, Juliana e RAMASSOTE, Rodrigo. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília: Iphan, 2014. Disponível em < http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf> Acesso em 30 jun 2019

GONÇALVES, Cristiane Souza . **RESTAURAÇÃO ARQUITETÔNICA: A experiência do SPHAN em São Paulo, 1937-1975**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2007. v. 1. 214p .

GONÇALVES, Janice. . **O SPHAN e seus colaboradores: construindo uma ética do tombamento (1938-1972)**. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. (Org.). Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. 1ed .Rio de Janeiro: Mauad X, 2012, v. 1, p. 145-157.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. História, Memória e Patrimônio. In: CHUVA, Márcia (Org). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**.

Brasília: Iphan, nº34, 2012. Disponível em <
http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat34_m.pdf> Acesso em 10 jun 2019

OLIVEIRA, Tarcísio Dorn. ; VILLANI, Monique. **Educação patrimonial nas escolas: Um alternativa para a preservação.** In: XVI Seminário Internacional de Educação no Mercosul, 2014, Cruz Alta / RS. Anais XVI Seminário Internacional de Educação no Mercosul, 2014. Disponível em <
<https://home.unicruz.edu.br/mercosul/pagina/anais/2014/DIREITO%20A%20EDUCACAO/ARTIGO/ARTIGO%20-%20EDUCACAO%20PATRIMONIAL%20NAS%20ESCOLAS%20UMA%20ALTERNATIVA%20PARA%20A%20PRESERVACAO.PDF>> Acesso em 01 jun 2019

NORA, Pedro . **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Projeto História, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993

PINTO, Renato Donisete. **Fanzine como recurso pedagógico nas aulas de Educação Física em uma escola municipal.** In: IV Seminário de Metodologia do Ensino de Educação Física, 2012, São Paulo. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Disponível em <
http://www.gpef.fe.usp.br/semef2012/relato_Renato_Donisete.pdf> Acesso em 04 jun 2019

PRADO, Marla Michelle Nascimento Portella do . **A teoria de campo e o patrimônio cultural.** Museologia e Patrimônio , v. 4, p. 127-147, 2011 Disponível em <
<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/154/154>> Acesso em 25 maio 2019

VIANNA, Andrea. Almeida. **Turismo, patrimônio e propaganda: ferramentas a serviço da autocracia na Era Vargas.** In: Seminário Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 2015, Natal. Anais do Seminário ANPTUR, 2015.

SANTOS, Cecília Helena Godoy Rodrigues dos. **Novas fronteiras e novos pactos para o patrimônio cultural.** São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 15, n.02, p. 43-48, 2001.